

MENTORIA PMPE

História de Pernambuco: Michelle Rodrigues

Ocupação Pré-colonial do atual estado de Pernambuco

Ocupação Pré-Histórica de Pernambuco

O período que vai de 1500, data da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral, até 1530; é denominado pelos historiadores de período pré-colonial. Nestes primeiros trinta anos, o Brasil foi objeto de pouco interesse para Portugal, que estava mais interessado no lucrativo comércio de especiarias com as Índias, além de não dispor de homens suficientes para povoar todas as regiões descobertas. Outro motivo para explicar o esquecimento ao qual se relegou o Brasil foi a falta de conhecimento do novo território, principalmente no que se refere à existência riquezas que poderiam ser exploradas.

Ainda assim, enviaram-se as expedições exploratórias de Gaspar de Lemos, em 1501; e a de Gonçalo Coelho, em 1503; navegadores que fizeram o levantamento do litoral brasileiro, realizando observações e descrições sobre suas características geográficas. A economia pré-colonial baseou-se na extração e comércio do pau-brasil, madeira avermelhada encontrada no litoral brasileiro, que já era bastante conhecida na Europa. Dela extraíam-se corantes que eram utilizados para tingir tecidos.

A extração do pau-brasil foi declarada estanco, ou seja, passou a ser um monopólio real, cabendo ao rei conceder a permissão a alguém para explorar comercialmente a madeira. Mas, se o rei outorgava esse direito, cabia ao arrendatário executar o negócio com seus próprios meios, arcando com todos os riscos do empreendimento. O benefício que a Coroa obtinha com a concessão da exploração comercial do pau-brasil era uma parcela dos lucros conseguidos pelo arrendatário.

O primeiro negociante a receber autorização régia para explorá-lo foi Fernando de Noronha, em 1502. O ciclo de exploração do pau-brasil foi breve, já era que baseado numa extração predatória. Isto é, não havia a preocupação de repor as árvores derrubadas por meio do replantio, o que resultou no rápido esgotamento desse tipo madeira. Outros aspectos importantes a serem salientados é que a exploração de pau-brasil teve impacto praticamente nulo na ocupação do território brasileiro. Limitando-se à área costeira, o extrativismo não chegou a gerar núcleos de povoamento permanentes. Além disso, foi a primeira atividade econômica em que os negociantes portugueses empregaram a mão de obra indígena no corte e carregamento da madeira para os navios.

Martim Afonso de Souza

Após 1530, o comércio entre Portugal e as Índias entrou em decadência. Neste mesmo período, o litoral brasileiro passou a sofrer sistemáticas ameaças por parte de navegadores estrangeiros e mercenários que contrabandeavam o pau-brasil. Portugal, então, precisou

tomar medidas para guarnecer a costa brasileira e repelir os invasores. Expedições comandadas por Cristóvão Jacques, em 1516 e 1519 e ainda em 1526 e 1528; tiveram por objetivo repelir os invasores, mas pouco puderam fazer em razão da enorme extensão do litoral brasileiro. Esses foram os principais fatores que geraram preocupação com a situação das terras brasileiras, levando a Coroa portuguesa a iniciar o processo de colonização.

Os passos iniciais da colonização do Brasil foram dados a partir da criação de núcleos de colonização. Em dezembro de 1530, partiu de Lisboa uma grande expedição composta por 50 embarcações transportando homens, ferramentas, sementes e víveres. Comandada por Martim Afonso de Souza, teve como objetivo estabelecer os primeiros núcleos de povoamento permanente no país.

São Vicente e Santo André

A expedição chegou ao litoral brasileiro em janeiro de 1531. O primeiro núcleo de colonização, a vila de São Vicente, localizada no litoral, foi fundada em 1532. Em seguida criou-se a vila de Santo André da Borda do Campo, no planalto de Piratininga, região interiorana onde hoje se situa a Grande São Paulo. Nesses núcleos concediam-se aos colonos lotes de terra, denominados sesmarias, para que iniciassem as plantações para produzir os meios de subsistência e se fixarem na região.

Também foram nomeados os primeiros administradores e criados os primeiros órgãos fiscais e judiciários. A vila de São Vicente prosperou, estimulando a criação de novos povoados em seu entorno; como Santos, em 1536; que posteriormente veio a ser elevado à categoria de “vila” (1545). Apesar disso tudo, os primeiros esforços empreendidos pelos portugueses para colonizar o Brasil revelaram-se muito limitados. Os núcleos de colonização eram insuficientes para garantir a permanência dos colonos que aqui chegavam e expandir os povoados. Para dar prosseguimento ao povoamento da colônia de forma ordenada e eficiente, havia a necessidade de vultosos recursos econômicos, de que a Coroa portuguesa não dispunha.

Capitanias hereditárias

Para prosseguir com o processo de colonização, Portugal recorreu ao sistema de Capitanias hereditárias. Esse sistema já havia sido empregado com êxito em suas possessões nos Açores, Madeira e Cabo Verde. Ele se baseava na doação de um extenso lote de terra a uma pessoa ilustre e influente do reino, geralmente um nobre rico, que passava a ser o donatário e ficava encarregado de empreender a colonização da terra recebida, investindo nela seus próprios recursos.

Os donatários recebiam as terras não como proprietários, mas como administradores. Ainda assim, possuíam muitos direitos sobre elas, de modo que se tornassem um empreendimento favorável e atrativo aos interesses dos donatários. Podiam escravizar índios e vendê-los, fundar povoações, conceder sesmarias, estabelecer e extrair uma parte dos impostos e tributos sobre produtos e mercadorias produzidas para o consumo interno ou aquelas destinadas à exportação. Tinham também poder para julgar e condenar escravos e homens livres que estivessem nos limites de sua capitania. As Capitânicas hereditárias foram criadas entre 1534 e 1536, a partir da divisão do litoral brasileiro em extensas faixas de terra que iam da costa para o Oeste, até o meridiano traçado por Tordesilhas. Ao todo foram constituídas 14 Capitânicas que foram doadas a 12 donatários. Eram faixas gigantes de terra, com centenas de quilômetros, do tamanho de atuais Estados, que precisavam ser ocupadas para dar início às primeiras atividades econômicas do Brasil. O sistema das capitânicas hereditárias foi a primeira tentativa de administrar a então colônia de Portugal.

Governo-geral

Entretanto, ao contrário do que ocorreu nos Açores, Madeira e Cabo Verde, as Capitânicas hereditárias no Brasil não alcançaram os resultados esperados. Foram muitas as razões do fracasso. Entre elas, podem ser considerados a falta de terras férteis, os conflitos com os povos indígenas, que ofereceram enorme resistência diante das invasões de suas terras e das tentativas de escravização, e a má administração. Sem falar no problema da necessidade de recursos em maior escala, devido à enorme distância que separava a Metrópole, ou seja, Portugal, das terras brasileiras.

As Capitânicas que prosperaram foram justamente aquelas em que os donatários possuíam grande fortuna ou acesso ao crédito bancário europeu, como Martim Afonso, com a capitania de São Vicente; e Duarte Coelho, com a capitania de Pernambuco. Tendo fracassado o sistema de Capitânicas, Portugal recorreu à centralização do poder, estabelecendo na colônia um governo-geral. O governo-geral, porém, não se destinava a substituir as Capitânicas hereditárias. Seu principal objetivo foi o de estabelecer uma autoridade central no território colonial, a fim de coordenar a administração das capitânicas que estavam funcionando de forma autônoma, quase sempre contrariando os interesses da Coroa portuguesa. Tomé de Sousa Assim, em 17 de dezembro de 1548, o rei assinou o Regimento que estipulava as orientações gerais necessárias para o estabelecimento do governo-geral em território brasileiro. Ele criava os cargos de Governador, Ouvidor-Mor, Provedor-Mor e Capitão-Mor.

O primeiro Governador-Geral do Brasil foi Tomé de Souza, que se estabeleceu na Bahia e exerceu seu mandato entre 1549 a 1553. Seus sucessores foram Duarte da Costa, no período de 1553 a 1558; e Mem de Sá, entre 1558 a 1572. Os governos-gerais asseguraram a ocupação e povoamento das terras brasileiras estimulando a criação das primeiras cidades, o estabelecimento de instituições religiosas, a criação dos primeiros colégios e o incremento das atividades econômicas, principalmente aquelas atividades

voltadas para a agricultura e pecuária. O estabelecimento do governo-geral em território brasileiro permitiu criar as condições mínimas necessárias para levar adiante o empreendimento colonial que, nos séculos seguintes, iria gerar importantes transformações políticas, sociais e econômicas na colônia.

Tomé de Sousa

Assim, em 17 de dezembro de 1548, o rei assinou o Regimento que estipulava as orientações gerais necessárias para o estabelecimento do governo-geral em território brasileiro. Ele criava os cargos de Governador, Ouvidor-Mor, Provedor-Mor e Capitão-Mor. O primeiro Governador-Geral do Brasil foi Tomé de Souza, que se estabeleceu na Bahia e exerceu seu mandato entre 1549 a 1553. Seus sucessores foram Duarte da Costa, no período de 1553 a 1558; e Mem de Sá, entre 1558 a 1572. Os governos-gerais asseguraram a ocupação e povoamento das terras brasileiras estimulando a criação das primeiras cidades, o estabelecimento de instituições religiosas, a criação dos primeiros colégios e o incremento das atividades econômicas, principalmente aquelas voltadas para a agricultura e pecuária. O estabelecimento do governo-geral em território brasileiro permitiu criar as condições mínimas necessárias para levar adiante o empreendimento colonial que, nos séculos seguintes, iria gerar importantes transformações políticas, sociais e econômicas na colônia.

OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DE PERNAMBUCO

O Brasil pré-histórico apresenta-se com tradições rupestres de ampla dispersão através de suas grandes distâncias e ampla temporalidade. O registro arqueológico e, concretamente, o rupestre assim o indicam. As tradições rupestres do Brasil não evoluíram por caminhos independentes; os seus autores ou grupos étnicos aos quais pertencem, mantiveram contatos entre si, produzindo-se a natural evolução no tempo e no espaço que nos obriga a estabelecer as subdivisões pertinentes.

Podemos afirmar que o registro rupestre é a primeira manifestação estética da pré-história brasileira, especialmente rica no Nordeste. Além do evidente interesse arqueológico e etnológico das pinturas e gravuras rupestres como definidoras de grupos étnicos, na ótica da história da Arte representa o começo da arte primitiva brasileira. A validade ou não do termo “arte”, aplicado aos registros rupestres pré-históricos, é tema sempre discutido, embora toda manifestação plástica forme parte do mundo das ideias estéticas e conseqüentemente da história da Arte. O pintor que retratou nas rochas os fatos mais relevantes da sua existência tinha, indubitavelmente, um conceito estético do seu mundo e da sua circunstância. A intenção prática da sua pintura podia ser diversificada, variando desde a magia ao desejo de historiar a vida do seu grupo, porém, de qualquer forma, o pintor certamente desejava que o desenho fosse “belo” segundo seus próprios padrões estéticos. Ao realizar sua obra, estava criando Arte. Se as pinturas de Altamira, na Espanha, ou as da Dordonha, na França, são consideradas, indiscutivelmente,

patrimônio universal da arte pré-histórica sabe, entretanto que, pintadas nas profundidades das cavernas escuras, não foram feitas para agradar ninguém do mundo dos vivos, não há motivos aceitáveis para se duvidar ou negar a categoria artística das nossas expressivas e graciosas pinturas rupestres do Rio Grande do Norte ou do Piauí.

O tipo de suporte e a estrutura são elementos essenciais e determinantes para se compreender o sítio rupestre e a sua utilização. Os abrigos localizados no alto das serras, ao longo dos rios, como é o caso da região do Seridó, nos sugere serem lugares cerimoniais, longe das aldeias, que deveriam estar situadas mais perto da água. Já os sítios da Serra dos Cariris Velhos, entre a Paraíba e Pernambuco, situados em lugares de várzea, piemonte ou “brejos”, mesmo sendo também lugares de culto, nos dão a impressão de uma utilização habitacional, mesmo que temporária, ou talvez lugar de culto perto da aldeia do grupo.

Foi precisamente nos sertões nordestinos do Brasil onde a natureza é particularmente hostil à ocupação humana, onde se desenvolveu uma arte rupestre pré-histórica das mais ricas e expressivas do mundo, demonstrando a capacidade de adaptação de numerosos grupos humanos que povoaram a região desde épocas que remontam ao pleistoceno final. No estado atual do conhecimento, podemos afirmar que três correntes, com seus horizontes culturais, deixaram notáveis registros pintados e gravados nos abrigos e paredões rochosos do Nordeste brasileiro. A esses horizontes chamamos tradição Nordeste, tradição Agreste e tradição São Francisco de pinturas rupestres, somam-se as tradições de gravuras sob-rocha, conhecidas como Itaquatiras. Foram também definidas outras tradições chamadas “Geométrica”, “Astronômica”, “Simbolista”, etc. que podem ser incluídas nas anteriores.

As pesquisas arqueológicas nos sítios da Chapada do Araripe buscam compreender os processos de ocupação, de adaptação e de subsistência dos antigos grupos ceramistas. Recentemente, foram incorporadas a estas pesquisas, técnicas de recuperação de resíduos químicos e biológicos procedentes da mandioca (*Manihot esculenta*), com a finalidade de inferir sobre o cultivo e manejo de vegetais, em contextos doméstico e funerário, ao largo da Pré -História. Os vestígios vegetais recuperados das cerâmicas ou dos sedimentos arqueológicos refletem dados culturais sobre antigos grupos humanos na região, incluindo seus modos de vida e morte, dieta, cultivo e manejo de plantas, uso e função das vasilhas cerâmicas, além de fornecer dados paleoecológicos e paleoambientais.

Os primeiros resultados paleológicos da cerâmica pré-histórica do Sítio Aldeia do Baião sugerem um ambiente paisagem composto por vegetação arbórea (tipo Anacardiácea) e herbácea (*Amaranthaceae-Chenopodiaceae* e *Poaceae*), sob influência flúvio-lacustre e ou solos bem drenados (*Botryococcus*). A presença de grãos de pólen de plantas cultivadas como o milho (cf. *Zea mays*?) e microfungos coprófilos (tipo *Sporormiella*, *Gelasinospora* e tipo *Sordariaceae*) sustentam a hipótese de assentamentos

humanos de longa duração no local. O microfungo *Gelasinospora* também reflete o uso do fogo para as práticas agrícolas e caça. Para prosseguir com o processo de colonização, Portugal recorreu ao sistema de Capitânicas hereditárias. Esse sistema já havia sido empregado com êxito em suas possessões nos Açores, Madeira e Cabo Verde. Ele se baseava na doação de um extenso lote de terra a uma pessoa ilustre e influente do reino, geralmente um nobre rico, que passava a ser o donatário e ficava encarregado de empreender a colonização da terra recebida, investindo nela seus próprios recursos.

Ocupações Ceramistas Pré-históricas no Nordeste Brasileiro.

O conhecimento sobre os grupos ceramistas pré-históricos no Nordeste foi significativamente alterado depois término do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o PRONAPA. O quadro estabelecido no período de 1965 a 1970 definiu uma separação bem distinta entre grupos do interior com as “Tradições Regionais” Aratu e Una, e no litoral os grupos da Tradição Tupiguarani. Posteriormente, na década de 1980 foram identificadas no sertão pernambucano as fases Croatá e Triunfo, localizadas em áreas de brejos de altitude e, na Chapada do Araripe, a fase Araripe, todas filiadas a Tradição Tupiguarani. Segundo Albuquerque (1984) os grupos das fases Croata e Triunfo possuíam aldeias amplas, de tendências circulares, cerâmica decorada com pintura vermelha sobre engobo branco, decoração plástica e formas que seriam compatíveis com o consumo da mandioca.

Os resultados de projetos na área de estudo demonstram que as populações humanas produziam cerâmicas com características tecnológicas filiadas aos grupos da Tradição Tupiguarani, originários de ambientes de florestas, despertando, já na década de 1980, questionamentos sobre o modelo de Floresta Tropical.

Alguns historiadores trabalham com a hipótese de que a presença de populações pré-históricas de horticultores, naquela região, estaria vinculada a um processo de adaptação cultural às condições de semi-aridez ou a condições climáticas mais úmidas, compatíveis com a expansão dos domínios florestados. O cultivo da mandioca teria sido um dos principais fatores de adaptabilidade dos ceramistas Tupiguarani ao sertão nordestino.

De modo geral, os grupos que ocuparam a Chapada do Araripe, antes e/ou depois da colonização europeia, produziam uma cerâmica com bolos de argila, areia e cacos triturados. Sendo modelada, acordelada ou com as duas técnicas associadas. Apresenta decoração plástica escovada, unglado, marcado com cestaria e pontado. Em alguns objetos ocorre a associação da pintura e da decoração plástica.

A pintura era realizada com grande variedade de cores: branco, vermelho, marrom, preto e cinza, com vários motivos de decoração (desenhos geométricos, faixas e linhas paralelas e cruzadas, pontos etc.). As vasilhas apresentam bordas diretas ou bordas reforçadas, bases arredondadas ou cônicas, formas ovoides e esféricas.

Existiam pratos, tigelas e panelas com diâmetro da boca variando de 6 a 80 cm, além de vasilhas com boca oval, quadrangular ou retangular, com apliques de asa ou alça. Esses grupos produziam também fusos de tear, cachimbos e modelavam pequenos objetos zoomorfos, usados algumas vezes como apliques.

A tecnologia lítica era também rica e diversificada com a obtenção de artefatos como raspadores, facas, mãos de pilão, batedores e moedores, machados, discos, tembetás e pingentes usados como adorno. As matérias-primas mais usadas foram o quartzo, quartzito, xisto, calcedônia, sílex e granito.

A origem da agricultura no Nordeste brasileiro remonta 3000 anos, a partir de um número reduzido de populações de caçador coletores que possivelmente praticaram a agricultura de subsistência ao redor de suas moradias, o termo agricultura de subsistência está relacionado à cultura de grãos de cereais e legumes e tubérculos, plantados com a utilização de ferramentas de produção (ex. pau-de-cavar ou enxada), desmatamento e queima de madeira (ou coivara).

Este método conduzia ao esgotamento do solo em curto prazo e a busca por outros recursos alimentares, como a caça e a coleta de frutos.

Entorno de 3300 anos AC, a cerâmica produzida apresenta características formas simples, sendo alisada ou raspada. Cerca de 2000 anos AC registra-se, no sudeste do estado do Piauí, um aumento populacional com novos grupos ceramistas.

Esses grupos produziam uma cerâmica com técnicas decorativas variadas com a presença do corrugado, unglado, escovado, inciso e pintado. Existe uma diversidade de formas e tamanhos de vasilhas e grandes urnas funerárias.

Em áreas interiores do Nordeste se documenta ainda a ocupação de grupos filiados a Tradição Tupi-guarani desde 1100 anos AC até o contato europeu. O historiador Albuquerque e Lucena, relacionaram essas ocupações às mudanças climáticas ocorridas durante o período Holoceno, devido à expansão e retração de áreas florestadas, como os brejos de altitude. Estas áreas são consideradas importantes refúgios de populações humanas pré-históricas, dadas suas condições climáticas e ecológicas para a sobrevivência e sustentabilidade agrícola desses grupos. Ainda, conforme Albuquerque e Lucena, essas populações humanas estariam relacionadas principalmente com o cultivo de mandioca, que foi o principal vegetal consumido durante a Pré-história na América Tropical, incluindo suas variedades mais importantes: a mandioca-amarga (*Manihot esculenta*), a mandioca -brava (*Manihot utilissima*) e a mandioca-doce (*M. aipi*).

A tecnologia envolvida no preparo, consumo e armazenamento desse tipo de alimento e seus subprodutos inclui uma gama de artefatos cerâmicos (vasilhames e assadores) e líticos (machados, lascas e raladores), assim como os manufaturados de plantas (cestarias de palha de palmeiras, algodão e algumas gramíneas) (PEARSALL, 1992).

Os dados arqueobotânicos registrados para a região Nordeste ainda são incipientes. No entanto, seus registros demonstram a influência antrópica nos processos de construção da paisagem.

O registro simultâneo em torno de 4500 anos AC, no Sítio Alcobaça (Pernambuco) (4733 ± 29 e 4243 ± 26 anos AP) pelos vestígios de milho, frutos de palmeiras (babaçu, ouricuri, coquinho), umbu, frutos de babaçu de cajá e seriguela e no Sítio funerário Toca do Gongo onde foram recuperados artefatos líticos e cerâmicos, restos de fogões, sementes de avelã, feijão, abóboras e fibras de caroá, associados a esqueletos de nove enterramentos reforçam essas hipóteses. Neste sítio também foram registradas espigas de milho.

Os indícios de ocupação pré-histórica por grupos ceramistas no sítio Evaristo I (Ceará) está representada pela presença de artefatos cerâmicos e líticos em contextos funerários e domésticos. Os grãos de pólen de plantas cultivadas (mandioca, batata doce, abóboras e algodão) e frutíferas (caju e palmeiras), além de fungos patogênicos de plantas cultivadas refletem o modo de vida e subsistência desses grupos.

Os macro e microvestígios botânicos preservados em sítios arqueológicos também reforçam a presença da cultura material das populações humanas pré-históricas. As plantas utilizadas por estes grupos são muitas vezes elementos derivados da modificação humana (i.e., cultivo, domesticação). Assim, tendo em consideração o cultivo e preparação de alimentos, propõe uma divisão na tradição cerâmica Tupi-guarani, com a subtradição Tupinambá ou Pintada na região Leste e Nordeste e subtradição Guarani ou Corrugada na região Sul.

A primeira possuiria vasilhas como pratos e tigelas de base plana, com perímetro de boca oval ou quadrangulóide, sendo ideais para o beneficiamento da mandioca; a segunda, ou seja, subtradição Guarani, vasilhas como jarras e tigelas carenadas com base redonda ou cônica, próprias para o preparo de grãos como o milho. Etnograficamente os “Tupi-Guarani cultivam principalmente mandioca, milho, batata doce, cará, feijões, abóboras, amendoim e pimenta, além do fumo, algodão, cabaça, cuias, corantes (urucu, jenipapo) e, no caso dos Guarani, o mate. Os Tupi baseavam sua alimentação principalmente nas variedades tóxicas da mandioca (mandioca amarga, brava ou venenosa) consumido-as como farinha, beiju e bebidas fermentadas alcoólicas os relatos etnohistóricos acrescidos de dados arqueobotânicos são a base para as aproximações a respeito das interações humanas e as plantas.

As informações sobre o início da ocupação dos grupos ceramistas da tradição Tupi guarani na região do semiárido pernambucano ainda são poucas, sendo aventada a hipótese que esteve provavelmente condicionado ao clima que influenciou a formação de uma nova onda migratória, sobretudo no Estado de Pernambuco. Os grupos ceramistas desta tradição sempre estiveram relacionados ao cultivo da mandioca (*Manihot esculenta*) que representou grande influência socioeconômica e de organização do espaço. Segundo

os dados etnográficos, o plantio da mandioca necessitava de solos amplos e férteis. As informações etno históricas e arqueológicas indicam uma grande densidade populacional nesta região, no entanto, ainda se conhece pouco sobre suas formas de subsistência, com escassas evidências arqueobotânicas nos sítios. A tecnologia empregada na produção de alimentos, registrada no Sítio Aldeia do Baião inclui tanto a utilização de material lítico quanto artefatos cerâmicos.

Sítios arqueológicos: Escavações e Artefatos Cerâmicos Recuperados. A área arqueológica de Araripina –PE é composta por um conjunto de 24 sítios arqueológicos e constitui um importante local de desenvolvimento das culturas humanas. As primeiras prospecções arqueológicas nos sítios da região foram efetuadas na década de 1980, tendo sua continuidade na década seguinte, a partir de 2005 seguindo até os dias atuais.

Os sítios registrados até o presente na região são divididos em: a) sítios rupestres em abrigos sob rocha; b) sítios lito-cerâmicos a céu aberto; e c) sítios de oficinas líticas.

Dos vinte e quatro sítios arqueológicos lito-cerâmicos identificados, até o momento, no município de Araripina-PE, nove sítios estão inseridos na área de vale fluvial e quinze nos domínios da chapada.

Esses sítios, de modo geral, apresentam uma cerâmica de grande riqueza de formas e tamanhos; com objetos de boca arredondada, elíptica e quadrangular; com contornos globulares, multiflexionados e multiangulares.

Sugerindo a existência de uma ampla tralha doméstica destinada preparar, servir e armazenar alimentos sólidos e líquidos. Por sua vez, a presença de manchas húmicas e áreas de concentração de material em diversos sítios, contribuem para as análises da organização espacial intra e inter-sítio; sendo ainda um importante manancial de macro- e microvestígios vegetais, tendo em consideração a influência antrópica e a alta concentração de matéria orgânica como parte do processo de formação destes solos.

Estas investigações contribuirão, tanto para a definição das condições ambientais e climáticas pretéritas, quanto para a compreensão da dieta alimentar, incluindo o processo de produção e consumo de alimentos, e manejo agrícola entre os grupos ceramistas no sertão nordestino.

Sem dúvidas, há uma forte correlação entre a fabricação da cerâmica e a prática da agricultura (agricultores-ceramistas), o uso da cerâmica não é dependente do domínio da agricultura.

EXERCÍCIOS

- 01.** A sociedade patriarcal organizou-se de forma hierarquizada e autoritária nos engenhos produtores de açúcar no Brasil. Os escravos, na sociedade patriarcal: (SEDUC-PE/2006)
- A) foram importantes para a produção do açúcar, constituindo-se na mão-de-obra básica.
 - B) trabalharam nos engenhos de açúcar, mas não faziam serviços nas cidades da época colonial.
 - C) tiveram importância para a produção do açúcar, apenas a partir do século XVII.
 - D) trabalhavam mais nos serviços domésticos, ligados à família dos senhores de engenho.
 - E) ganharam importância pela participação na economia mineira do século XVIII, mais rendosa do que a economia açucareira.

E se a lição foi aprendida

A vitória não será vã. Neste Brasil holandês,

Tem lugar pra o português E para o banco de Amsterdã”

(Francisco Buarque de Holanda e Rui Guerra, Calabar, O elogio da tradição, pág. 7, 1973)

02. “Curiosamente, a modalidade inicial que o sentimento nativista assume nas crônicas do primeiro século de colonização (1532-1630) não consiste, como ocorrerá adiante, na afirmação da originalidade da nova terra, mas ao contrário no orgulho pela lusitanidade que já caracterizaria a vida cotidiana nos principais núcleos de povoamento.” (PMPE/2018)

(MELLO, Evaldo Cabral. “Uma Nova Lusitânia. In: MOTA, Carlos Guilherme. Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000).

Em relação ao primeiro século de colonização, assinale a alternativa CORRETA.

Alternativas

A - A expansão territorial da capitania de Pernambuco se deveu mais ao seu primeiro donatário, Duarte Coelho, que a seus filhos e cunhado, Jerônimo de Albuquerque. Estes se detiveram a consolidar a região habitada.

B - A conquista da porção interiorana da capitania de Pernambuco, principalmente a região designada por sertões, foi facilitada pela docilidade dos grupos indígenas que ali habitavam.

C - Em Igarassu, ainda na primeira metade do século XVI, os colonos portugueses enfrentaram a resistência dos nativos, que cercaram essa vila por muitos dias, tendo que contar com o apoio dos que habitavam em Itamaracá para romper o cerco indígena.

D - Os franceses foram grandes aliados dos portugueses na defesa do norte do Brasil e da Guiana Francesa. Em Pernambuco, por exemplo, as tropas dessas duas nações repeliram os caetés.

E - Como a sociedade era extremamente patriarcal, o comando da capitania de Pernambuco, quando da ausência de Duarte Coelho, ficava sob a responsabilidade do seu cunhado, uma vez que D. Beatriz de Albuquerque, sua esposa, era considerada inapta à tarefa.

03. No processo de formação do território pernambucano, a partir da chegada dos portugueses na Capitania de Pernambuco ou Nova Lusitânia, os primeiros núcleos de povoamento foram as Vilas de

- A) Itamaracá e Recife.
- B) Igarassu e Olinda.
- C) Igarassu e Recife.
- D) Recife e Olinda.
- E) Itamaracá e Igarassu.

04. Em Pernambuco, por exemplo, localizado no município de Buíque, o sítio de “Alcobaça” possui um dos maiores e mais representativos painéis de figura rupestre do estado, que, por seu tamanho e complexidade, é de grande relevância para o entendimento da pré-história local e nacional. Em relação ao estudo do período pré-colonial sobre o atual estado de Pernambuco, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O sítio “Furna do Estrago”, localizado no município do Brejo da Madre de Deus, é de grande importância para o entendimento dos grupos que habitaram o atual agreste nordestino, uma vez que permite se entender um pouco mais sobre os rituais funerários da época.
- B) O material arqueológico, encontrado nos sítios que remontam ao período pré-colonial do estado, é fundamental para se entender o povoamento da região, bem como parte das características socioculturais daqueles que os utilizaram.
- C) As figuras rupestres, encontradas em vários sítios de Pernambuco, são de grande relevância para a compreensão das populações que habitaram as terras pertencentes hoje a esse estado.
- D) Embora a região da Zona da Mata também possua vestígios da presença dos Homo Sapiens Sapiens, o Agreste e o Sertão pernambucano, durante o longo período pré-colonial, são os locais onde pode ser encontrado o maior número de sítios arqueológicos do Estado.
- E) Embora “Alcobaça” possua grande representatividade entre os arqueólogos, o estado de Pernambuco, como um todo, tem pouca importância para o entendimento do período pré-colonial. Isso se deve, dentre outras coisas, ao pequeno número de sítios encontrados em seu território.

GABARITO

1-A 2-C 3- B 4- E